



Aviso de Licitação

DISPENSA ELETRONICA Nº. 14/2024.
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 02/2024.

A **CÂMARA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS - SC**, representada por sua Presidente Sra. Danieli Krailing, pelo presente, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar processo administrativo de **DISPENSA DE LICITAÇÃO, NA FORMA ELETRÔNICA**, através do site **www.portaldecompraspublicas.com.br**, tipo Menor Preço, pelo Agente de Contratação e sua Equipe de Apoio, designados pela **PORTARIA Nº 859/2024**, cuja proposta deve ser apresentada até o dia e hora abaixo especificados.

Fundamento Legal:

Lei nº 14.133/2021, art. 75, II.
Resolução Mesa Diretora 09/2024.
Portaria nº 859/2024.

TIPO: Menor Preço.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: até às 08:30 horas do dia 19 de dezembro de 2024.

DATA INICIO DE LANCES: às 08:31 horas do dia 19 de dezembro de 2024.

DATA FINAL DE LANCES: às 15:00 horas do dia 19 de dezembro de 2024.

REFERÊNCIA DE TEMPO: Horário de Brasília (DF).

LOCAL: www.portaldecompraspublicas.com.br “Acesso Identificado”

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA: O objeto da presente Dispensa de Licitação é a contratação de empresa especializada para a prestação de serviço de Decoração e Registro Fotográfico da Sessão Solene de Posse dos Vereadores, Prefeito e Vice-Prefeito do Município de Três Barras - SC, a ser realizada dia 01 de Janeiro de 2025, conforme condições e exigências estabelecidas neste Aviso de Dispensa e no Termo de Referencia contido no Anexo I.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
------	-----------	---------	----------------	-------------





01	REFERENTE A CONTRATAÇÃO DE MÃO DE OBRA COM FORNECIMENTO EM COMODATO DOS MATERIAIS NECESSARIOS PARA A DECORAÇÃO E COBERTURA FOTOGRÁFICA DA SESSÃO SOLENE DE POSSE DOS VEREADORES, PREFEITO E VICE PREFEITO DO MUNICIPIO, A SER REALIZADO NA DATA DE 01/01/2025, EM CNFORMIDADE COM O ANEXO I – TERMO DE REFERENCIA.	01	R\$ 6.755	R\$ 6.755
----	--	----	-----------	-----------

§ 1º: No cadastramento da proposta não poderá haver identificação da participante. Caso haja identificação, a proponente será desclassificada.

§ 2º: No campo do sistema (plataforma) reservado à marca, bem como o modelo, bastará a inscrição “PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS”.

§ 3º: CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO: MENOR PREÇO – POR ITEM.

§ 4º: VALOR MÁXIMO: R\$ 6.755,00 (seis mil e setecentos e cinquenta e cinco reais). Propostas com valores superiores serão desclassificadas.

2. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE: A Sessão Solene de Posse dos Vereadores, Prefeito e Vice-Prefeito é um evento oficial de grande relevância para o Município de Três Barras/SC, representando a transição e renovação das lideranças políticas municipais.

Este momento solene marca o início de uma nova gestão e exige um ambiente adequado que transmita formalidade, respeito e celebração.

A decoração do espaço deve refletir o simbolismo da cerimônia, destacando a relevância do evento para as autoridades locais, para os novos integrantes dos Poderes Executivo e Legislativo, assim como para seus familiares, amigos e para a população local.

A Sessão Solene de Posse é um evento de caráter formal, diante dessa relevância, justifica-se a contratação de uma empresa especializada que atenda às exigências da organização do evento. Esta contratação visa garantir a formalidade e excelência que a cerimônia requer. Portanto, os serviços de decoração e registro fotográfico são essenciais para o sucesso da Sessão Solene de Posse, conferindo o devido destaque e prestígio ao evento.

Visto que a Câmara de Vereadores de Três Barras, não possui servidores que desempenhem função artística e técnica neste ramo, nem mesmo materiais desejados e requeridos que são necessárias para a realização deste evento.

3. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

3.1. Os recursos orçamentários correrão por conta das dotações constantes do orçamento da **CÂMARA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS**, conforme elencado abaixo:

ÓRGÃO	0100	Câmara Municipal de Vereadores
-------	------	--------------------------------





UNIDADE	001	Câmara Municipal de Vereadores
AÇÃO	2001	Manutenção da Câmara Municipal de Vereadores
ELEMENTO	33390390000000000000	Outros serviços terceira pessoa jurídica.

4. LOCAL DA INSTALAÇÃO: Conforme Termo de Referência contido no Anexo I.

5. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

5.1. A Nota Fiscal somente será liberada para pagamento quando o cumprimento do objeto estiver em total conformidade com as especificações exigidas neste aviso de dispensa, a qual será paga em até 15 (quinze) dias após a efetivação da entrega do serviço finalizado.

5.2. Será obrigatório constar na nota fiscal todas os encargos legais, como por exemplo IRRF, ou, no caso, a isenção de incidência.

5.3 As notas fiscais deverão ser emitidas para:

Nome/ Razão Social: CÂMARA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS

CNPJ: 83.528.646/0001-73

Endereço: Avenida Rigesa, 2949 – João Paulo II – Três Barras – SC.

CEP: 89490-000.

5.4. No campo de observações específicas, a empresa deverá informar seus dados bancários para pagamento.

5.5. Será obrigatório constar na nota fiscal todas os encargos legais, especialmente o IRRF, ou, no caso, a isenção de sua incidência.

6. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA:

6.1. A participação na presente Dispensa Eletrônica se dará mediante Sistema de Dispensa Eletrônica integrante do Portal de Compras Públicas, disponível no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br.

6.2. Os fornecedores deverão se cadastrar previamente no Portal de Compras Públicas para acesso ao sistema e operacionalização.

6.3. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

6.4 O cadastramento do fornecedor junto a plataforma de compras publicas para





participação deste aviso de dispensa, poderá ocorrer na forma gratuita, devendo o fornecedor preencher seus dados junto a plataforma no campo indicado (endereço: <https://www.portaldecompraspublicas.com.br/adesao/fornecedor>).

6.4.1 Para gratuidade do serviço, a proponente deverá entrar em contato com o suportetecnico da plataforma pelo telefone 61 3003-5455, informar o órgão promotor desta licitação e o numero deste aviso de dispensa (Câmara Municipal de Tres Barras – SC – dispensa eletrônica nº. 14/2024) e solicitar a dispensa do pagamento;

6.5 Não poderão participar desta dispensa os fornecedores:

6.5.1 que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta.

6.5.2 estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

6.5.3 que se enquadrem nas seguintes vedações:

a) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

b) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

c) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), concorrendo entre si;

d) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista

6.5.3.1 aplica-se o disposto na alínea “c” também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

6.5.4 organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário); e

7. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL:

7.1 O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica se dará com o cadastramento de sua proposta inicial, na **forma deste item**.

7.2 O fornecedor interessado, após a divulgação do aviso de contratação direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.





7.1.1 A proposta também deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a Contratada.

7.3 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução da entrega dos materiais.

7.3.1 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.4 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições neste aviso de dispensa, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

7.5 Uma vez enviada a proposta no sistema, os fornecedores **NÃO** poderão retirá-la, substituí-la ou modificá-la;

7.6 No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, às seguintes declarações:

7.6.1 que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

7.6.2 que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

7.6.3 que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

7.6.4 que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;

7.6.5 que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91.

7.6.6 que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

8. FASE DE LANCES:

8.1 A partir do horário definido no preâmbulo deste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública





será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.

8.2 Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

8.3 O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

8.3.1 O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como "lances intermediários" para os fins deste Aviso de Contratação Direta.

8.4 Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

8.5 Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

8.6 Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do fornecedor.

8.7 Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.

8.7.1 O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

9 JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO:

9.1 Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.

9.2 No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.

9.2.1 Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta com preço compatível ao estimado.

9.2.2 A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for





desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.

9.2.3 Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica.

9.3 Estando o preço compatível, poderá ser solicitado o envio da proposta readequada e, se necessário, de documentos complementares, adequada ao último lance.

9.4 O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

9.5 Será desclassificada a proposta vencedora que:

9.5.1 contiver vícios insanáveis;

9.5.2 não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;

9.5.3 apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

9.5.4 não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pelo Agente de Contratação.

9.5.5 apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.

9.6 Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

9.6.1 for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

9.6.2 apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

9.7 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

9.8 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

9.8.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;





9.8.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

9.9 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

9.10 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

9.11 Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

9.12 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

10 HABILITAÇÃO:

10.1 Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação, somente do vencedor, após o encerramento da disputa, serão os seguintes:

10.1.1 Habilitação Fiscal

10.1.1.1 Registro da Firma no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

10.1.1.2 Certidão Negativa Municipal (do Município sede da proponente);

10.1.1.3 Certidão Negativa Estadual (do Estado sede da proponente);

10.1.1.4 Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais, Dívida Ativa da União e INSS;

10.1.1.5 Certidão Negativa de Débito do “FGTS”;

10.1.1.6 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

10.2 O prazo para envio da documentação de habilitação via plataforma será de no mínimo 02 (duas) horas.

10.3 Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, não apreentar no tempo definido pelo agente de contratação ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.

10.3.1 Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.

10.4 Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

11 CONTRATAÇÃO:





11.1 Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou **emitido instrumento equivalente, na forma do art. 95 da lei 14.133/2021.**

11.2 O prazo previsto para assinatura do contrato ou aceitação da nota de empenho ou instrumento equivalente será de 03 (três) dias úteis.

11.3 O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

11.3.1 referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

11.3.2 a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

11.3.3 a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/21 e reconhece os direitos da Contratante previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

11.4 Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

11.4.1 dar causa à inexecução parcial do contrato;

11.4.2 dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Contratante, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

11.4.3 dar causa à inexecução total do contrato;

11.4.4 deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

11.4.5 não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

11.4.6 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.4.7 ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

11.4.8 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;

11.4.9 fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

11.4.10 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

11.4.10.1 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

11.4.11 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

11.4.12 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.4.13 O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores será responsabilizado administrativamente e responderá pelas infrações previstas no artigo 155 da Lei 14.133/2021, acarretando as penalidades previstas no artigo 156 desta mesma lei, conforme o





caso.

11.5 Na aplicação das sanções serão considerados:

11.5.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

11.5.2 as peculiaridades do caso concreto;

11.5.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

11.5.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública;

11.5.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

12.1 O procedimento será divulgado no Portal de Compras Públicas e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, e encaminhado automaticamente aos fornecedores registrados no aviso de licitações do Portal de Compras Públicas, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.

12.2 Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo agente de contratação ou de sua desconexão.

12.3 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

12.4 Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

12.5 No julgamento das propostas e da habilitação, o agente de contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

12.6 As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Contratante, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

12.7 Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Contratante não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.





12.8 Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

12.9 Da sessão pública será divulgada em Ata no sistema eletrônico.

13 COMPOSIÇÃO DESTE AVISO:

- a) Aviso da Dispensa Eletronica
- b) Anexo I – Termo de Referencia.

Três Barras / SC, 12 de dezembro de 2024.

DANIELE KRAILING
Presidente

